PROJETO EDUCATIVO

2023-2026

Conhecimento

Inclusão

Cidadania

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
JÚLIO DINIS - Grijó

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3
2. CARACTERIZAÇÃO DO AEJD 4
   2.1 - O Patrono *4*
   2.2 - O Contexto *5*
   2.3 - Oferta Educativa e Formativa *6*
   2.4 - Reconhecimento *17*
   2.5 - Estrutura Organizacional *18*
   2.6 - Estruturas de Coordenação e Supervisão Pedagógica *19*
   2.7 - Estruturas de Apoio à Atividade Pedagógica *20*
   2.8 - Autonomia e Flexibilidade Curricular *23*
   2.9 - Parcerias e Protocolos *27*
   2.10 - Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE) *29*

PARTE II 30

1. DIAGNÓSTICO DO AGRUPAMENTO 30
   1.1 - Ambiente Interno *30*
   1.2 - Ambiente Externo *32*
2. DAS LINHAS DE ORIENTAÇÃO AO PLANO ESTRATÉGICO 33
   2.1 - Missão *33*
   2.2 - Visão *33*
   2.3 - Princípios Orientadores e Valores *33*
3. PLANO ESTRATÉGICO: ÁREAS DE INTERVENÇÃO 34
   3.1 - Áreas de intervenção *34*
4. MONITORIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO 52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 53
6. DIVULGAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO 54
7. REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS 54

Parte I

1. Introdução

«A escolaridade obrigatória é de e para todos, sendo promotora de equidade e democracia. A escola contemporânea agrega uma diversidade de alunos tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural como do ponto de vista cognitivo e motivacional. Todos os alunos têm direito ao acesso e à participação de modo pleno e efetivo em todos os contextos educativos».

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, 2017, p.13

O Projeto Educativo (PE), documento orientador da gestão do Agrupamento, assenta no pressuposto de que os alunos são o principal referencial da ação e que esta depende sobretudo da capacidade de mobilização e de envolvimento dos recursos humanos em exercício nos diferentes estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas júlio Dinis, bem como da participação das famílias, das autarquias e dos restantes agentes que constituem a Comunidade Educativa.

O PE representa uma planificação estratégica, tendo subjacente o processo educativo, que se centra, necessariamente, no discente, envolvendo e mobilizando toda a comunidade educativa. Este processo deverá focar-se não só no domínio do conhecimento, mas também, no desenvolvimento de valores e competências que poderão habilitar "os jovens (...) para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar" (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, 2017, p.13).

Neste sentido, este documento consagra em si a orientação educativa do Agrupamento e explicita os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o AEJD se propõe cumprir a sua função educativa, identificando e formulando

prioridades de desenvolvimento pedagógico, com vista à valorização do saber e à promoção de uma atitude de disponibilidade para a aprendizagem.

O PE integra, em termos conceptuais, além dos normativos legais, os documentos estruturantes do Agrupamento, nomeadamente, o Projeto Educativo anterior, o Relatório de Avaliação Externa (2016-2017), o Relatório de Acompanhamento da Ação Educativa (2018) e o Regulamento Interno.

A procura sistemática de melhores condições pedagógicas, norteada pelos valores de uma escola pública de qualidade e aliada a uma cultura de sentido de responsabilidade contribuirão, certamente, para uma Escola mais autónoma, mais participativa e mais inclusiva.

2. Caracterização do AEJD

2.1 - O Patrono

A 30 de Abril de 2002 foi homologada, por Despacho da DREN, a criação do Agrupamento de Escolas Júlio Dinis com sede na EB 2,3 de Grijó. As escolas que o compõem davam, assim, início a uma nova etapa na sua história. A figura de Júlio Dinis surge então como elo de ligação entre as diferentes escolas e uma oportunidade de dar a conhecer e relembrar este escritor.

É, sempre que possível, por volta do dia 14 de novembro, data do aniversário do seu nascimento, que o Agrupamento de Escolas se junta também para celebrar a Excelência e homenagear os seus alunos que são a sua face visível.

O escritor Júlio Dinis, pseudónimo principal do médico José Guilherme Gomes Coelho, teve uma breve passagem pela vila de Grijó onde passou uma temporada com a mãe, Anna Potter, na Quinta da Fábrica (Alvapenha). A sua obra "A Morgadinha dos Canaviais" representa locais e figuras desta terra facilmente identificáveis nas suas descrições.

«Se nos dermos de coração a uma quimera, se ela, nas formas vagas e aéreas que reveste, nos sorrir e namorar, em vão julgamos tê-la pelo que verdadeiramente é; há sempre um ou outro momento em que a acreditamos realizável e até realizada."

Júlio Dinis, in *A Morgadinha dos Canaviais*

2.2 - O Contexto

O Agrupamento de Escolas Júlio Dinis situa-se no concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto. Foi constituído no ano letivo 2002-2003 e abrange a União de Freguesias de Grijó e Sermonde e a União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo. Desde o ano letivo 2013-2014, tem em vigor um contrato de autonomia celebrado com o Ministério da Educação, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. É constituído por sete escolas básicas, das quais cinco oferecem também a educação pré-escolar: Escola Básica de Asprela (Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo Ensino Básico); Escola Básica de Corveiros (1.º Ciclo Ensino Básico); Escola Básica de Sto. António (Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo Ensino Básico); Escola Básica de Loureiro (Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo Ensino Básico); Escola Básica de Murraceses (Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo Ensino Básico); Escola Básica de Vendas (Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo Ensino Básico) e Escola Básica Júlio Dinis - Grijó (2.º e 3.º ciclos–Sede do Agrupamento).

No ano letivo de 2022-2023, o Agrupamento é frequentado por 1049 crianças e alunos: 215 crianças na educação pré-escolar (nove grupos), 411 alunos no 1.º ciclo (24 turmas), 170 no 2.º ciclo (9 turmas) e 253 no 3.º ciclo (13 turmas).

Dos alunos matriculados, quarenta e dois não são de nacionalidade portuguesa e 52,7% beneficiam de auxílios económicos no âmbito da ação social escolar.

Relativamente às habilitações académicas dos pais e encarregados de educação, verifica-se que 18% têm habilitação de nível superior, 25% possuem o ensino secundário, 37% o ensino básico e 20% não concluiu o ensino básico.

Exercem funções no Agrupamento 123 docentes, dos quais 87,8% são do quadro. Este grupo profissional apresenta uma experiência profissional significativa, uma vez que 93,5% possuem 10 ou mais anos de serviço.

O pessoal não docente é constituído por 65 trabalhadores, 40% dos quais com 10 ou mais anos de serviço, assim distribuídos: 44 assistentes operacionais, 12 assistentes técnicos, um encarregado operacional e um chefe de serviços de administração escolar.

A este conjunto de trabalhadores acrescem dois técnicos superiores efetivos (uma psicóloga escolar e uma educadora social) e outros técnicos especializados em número variável de acordo com os projetos financiados em vigor.

De acordo com os dados de referência disponibilizados pela Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência relativamente ao ano letivo 2014-2015, o Agrupamento, quando comparado com as outras escolas públicas do país, apresenta variáveis de contexto bastante desfavoráveis, embora não seja dos mais desfavorecidos. Refere-se, em particular, a média do número de anos da habilitação dos pais e das mães.

2.3 - Oferta Educativa e Formativa

O Agrupamento oferece a educação pré-escolar, os 1.º, 2.º e 3.º ciclos de escolaridade do ensino básico.

A educação pré-escolar do AEJD é constituída por nove grupos de crianças dos 3 anos até ao ingresso na escolaridade obrigatória. Aposta numa educação personalizada e no rigor das práticas pedagógicas, tendo como objetivo o desenvolvimento global e harmonioso da criança.

O ensino básico encontra-se organizado em sete escolas. O AEJD oferece a todos os alunos, de forma equitativa, um currículo diversificado e abrangente, que permite desenvolver as competências essenciais ao seu pleno desenvolvimento.

O AEJD estabelece, também, parcerias com escolas de ensino artístico no âmbito do ensino articulado.

No âmbito da oferta não curricular, o AEJD disponibiliza o Desporto Escolar e dinamiza vários clubes e projetos que contribuem para a concretização do projeto educativo e que são relevantes para o desenvolvimento da sua autonomia. Pretende-se que estes projetos e clubes, pela sua diversidade, pluralidade e especificidade, complementem e enriqueçam as atividades curriculares, numa perspetiva integradora e de sucesso dos alunos.

2.3.1. Programas, Planos, Clubes/ Projetos

Tal como referido, no Agrupamento proporciona-se aos alunos atividades organizadas sob a forma de planos, projetos ou clubes, desenvolvidos por docentes e/ou técnicos, os quais têm como objetivos centrais:

a) promover o sucesso educativo; b) estimular o desenvolvimento sócio afetivo dos alunos; c) complementar a formação pessoal, social e artística dos alunos e d) contribuir para a plena integração na escola e a uma cidadania ativa.

Destacamos, de entre outras, as seguintes estruturas/iniciativas/projetos desenvolvidos no AEJD. Alguns projetos ultrapassam o âmbito local/escola e inserem-se em programas de âmbito nacional:

Programa de Educação para a Saúde

O Programa de Educação para a Saúde tem como finalidade a sensibilização, a promoção e adoção de medidas no âmbito da saúde em meio escolar, a fim de levar os adolescentes e jovens a adotarem comportamentos de vida saudável.

Os objetivos do programa são:

Desenvolver na comunidade educativa capacidades e atitudes promotoras de educação para a saúde; Apoiar a inclusão escolar de crianças e adolescentes com necessidades de saúde especiais; Identificar as situações que representam um risco potencial para a saúde de alunos e restante comunidade escolar; Procurar soluções para os problemas detetados; Promover atividades que visem o desenvolvimento intelectual, físico e afetivo nos alunos; Promover e apoiar ações que visem uma escola mais saudável e agradável para todos.

Os temas em foco no PES são a alimentação, a atividade física, o consumo de substâncias psicoativas, a sexualidade e a violência em meio escolar.

Programa Eco-Escolas

O Eco-Escolas é um Programa Internacional da Foundation for Environmental Education, desenvolvido em Portugal desde 1996, que pretende encorajar acções e

reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental e/ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Fornece fundamentalmente metodologia, formação, materiais pedagógicos, apoio e enquadramento ao trabalho desenvolvido pela escola.

Ao longo de vários anos, todas as escolas do nosso agrupamento têm participado neste programa e por consequência têm recebido o reconhecimento pelo seu trabalho neste campo.

Programa Teach For All Portugal

Este programa tem como objetivo diminuir a desigualdade educativa e proporcionar às crianças de meios mais desfavorecidos a oportunidade de atingirem o seu máximo potencial, colocando-os num caminho de oportunidades que trará impacto nas suas vidas a curto prazo e nas escolhas que farão para o futuro.

São recrutados mentores de várias áreas profissionais para integrarem o Programa e serem aliados da escola durante 2 anos letivos, com a função de acompanhar um ou mais professores, atuando em sala de aula e dinamizando ações que correspondam às necessidades de desenvolvimento dos alunos.

A colaboração de um Mentor na sala de aula e na escola permite dar mais atenção aos alunos, criar coesão e resolver situações repetitivas de abandono, desistência, desmotivação e conflito.

Os mentores têm acompanhamento permanente durante o Programa através de uma tutora pedagógica.

Plano da Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE)

As tecnologias digitais contribuem para a promoção dos valores e desenvolvimento das áreas de competência do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. O PADDE pretende delinear ações integradoras do digital nas rotinas e nas várias dimensões da organização educativa, mobilizando o contributo de toda a comunidade educativa para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Plano Estratégico de Segurança Digital

O objetivo da política de segurança digital do Agrupamento é: Identificar de forma clara as expetativas dos elementos da comunidade no que diz respeito à utilização segura e responsável da tecnologia; Proteger e salvaguardar todos os membros da comunidade digital do AEJD; Sensibilizar todos os membros da comunidade escolar relativamente aos potenciais riscos bem como às vantagens da tecnologia; Fornecer ao pessoal docente e não docente as ferramentas necessárias para que possam trabalhar de forma segura e responsável; Identificar procedimentos claros a utilizar para dar resposta a preocupações sobre segurança digital que são do conhecimento de toda a comunidade.

Plano de Segurança

O Plano de Segurança é um instrumento fundamental para garantir a proteção dos cidadãos perante riscos internos e externos ao espaço escolar. O planeamento contempla medidas de proteção e a realização de simulacros e exercícios de evacuação, concretizando os Planos de Prevenção e de Emergência. Os objetivos principais são:

Proporcionar à comunidade escolar um nível de segurança eficaz, preparando e organizando os recursos existentes a fim de se limitarem as perdas materiais e os danos pessoais pela minimização da exposição aos perigos;

Sensibilizar toda a comunidade escolar para a sua própria segurança e para a necessidade de conhecer e treinar procedimentos de autoproteção em caso de acidente, co-responsabilizando-a no cumprimento das normas de segurança definidas.

Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE)

Entendemos que a escola deve desempenhar uma função que vai muito para além da mera transmissão de conhecimentos. A escola deve ocupar um lugar de promoção cultural e científica, criando dinâmicas de presença e influência na comunidade. Deve igualmente apresentar-se como uma escola aberta, inclusiva e capaz de dar respostas claras e eficientes aos problemas que a comunidade lhe coloca.

Plano Nacional de Leitura 2027

Pretende apoiar e fomentar programas vocacionados para favorecer a integração social através da leitura, em diferentes suportes

O Plano Nacional de Leitura 2027 visa:

Facilitar o acesso à leitura e ao conhecimento; Aumentar os hábitos e os índices de leitura; Melhorar as competências e os níveis de literacia; Promover o prazer e o gosto pela leitura; Desenvolver a formação leitora; Associar a leitura às ciências, às humanidades, às artes e às tecnologias digitais, de acordo com uma nova ecologia que se faz de múltiplas literacias; O PNL2027 será operacionalizado através da concretização de um conjunto de acções, nomeadamente o Programa "Leituras em Família": Leitura em vai e vem – Educação Pré-Escolar; Já Sei Ler - 1.º Ciclo e Concurso Nacional de Leitura - 2.º e 3.º Ciclos.

Plano Nacional de Cinema (PNC)

O AEJD integra o Plano Nacional de Cinema (PNC) – Protocolo Institucional operacionalizado pela Direção-Geral da Educação, pelo Instituto do cinema e do Audiovisual e pela Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema.

O PNC constitui-se como um programa de literacia para o cinema e de divulgação de obras cinematográficas junto do público escolar. Pretende-se que o aluno através das produções cinematográficas, estabeleça diálogo entre a narrativa do cinema e as diversas aprendizagens em contexto escolar tendo em vista o perfil dos alunos.

Plano de Ação de Melhoria das Ciências Experimentais

O Plano de Ação de Melhoria, iniciado no AEJD no ano letivo de 2017/2018 teve como objetivo desenvolver com maior regularidade atividades práticas laboratoriais/de campo/experimentais no ensino das ciências tendo sido definidas metas que contemplavam um aumento dessas atividades nos diferentes níveis de educação e ensino, tendo sido estas largamente superadas. A partir da implementação deste plano, o trabalho desenvolvido tem sido no sentido de monitorizar as atividades realizadas em todo o agrupamento, com o objetivo de, pelo menos, manter os resultados alcançados inicialmente. O processo de monitorização anual indica que os

docentes continuam mobilizados na promoção das Ciências Experimentais, considerado um recurso didático usado frequentemente no processo de ensino e de aprendizagem das ciências.

Plano Integrado para a Recuperação das Aprendizagens 21|23

Com vista à recuperação das aprendizagens o AEJD desenvolve um conjunto de medidas dirigidas à promoção do sucesso escolar e, sobretudo, ao combate às desigualdades através da educação.

O Plano 21|23 Escola+ estrutura-se em três eixos de atuação, que agregam diferentes domínios de atuação, desenvolvendo-se em ações específicas:

1. Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário (PDPSC)

Este Plano integra o PNPSE e visa o reforço das aprendizagens, a dinamização de atividades promotoras de bem-estar psicológico, o fomento de competências sociais e a interação dos alunos com a comunidade.

No AEJD, a operacionalização deste Plano compreende os projetos:

- **Pontes para a Inclusão** que tem como objetivo promover a comunicação e a inclusão das crianças das comunidades ciganas no contexto escolar. A entrada na educação pré-escolar e no 1º ciclo permite compreender as limitações comunicativas e linguísticas destas crianças que dificultam a sua integração e inclusão. Pretende-se, assim, potenciar a Inclusão Social, fomentando a assiduidade, o sucesso educativo, a qualificação socioprofissional, a capacitação, bem como o exercício de uma cidadania ativa, de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis.

- **Academia de Líderes Ubuntu**, orientado para a capacitação de jovens com elevado potencial de liderança, provenientes de meios desafiantes ou que neles queiram trabalhar. Pretende-se acompanhar, facilitar, enriquecer e consolidar o desenvolvimento de cada participante enquanto líder ao serviço da comunidade, promovendo competências humanas e técnicas relevantes para o seu percurso de vida. É um projeto que valoriza a contribuição de cada um, acolhe a riqueza da diversidade, reconhece e respeita o valor de cada nova perspetiva e deixa-se inspirar

pelo exemplo de outros. Reconhecendo o desejo partilhado de construir um mundo melhor, fortalece-se a esperança e a motivação para assumir a responsabilidade na transformação das realidades onde cada um se sente chamado a intervir.

2. Inclusão Mais Apoiada

Amplia e intensifica a capacidade de resposta da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) à diversidade dos alunos e respetivos contextos, a ação em apreço visa promover a articulação entre elementos da EMAEI e demais estruturas educativas da escola, impulsionar a participação dos pais/encarregados de educação e promover a educação, participação, aprendizagem, bem-estar e desenvolvimento integral de todos e de cada um dos alunos.

3. RECUPERA: Reforço Extraordinário de Docentes

Tendo por objetivos dotar as escolas de mais recursos docentes, fomentar o trabalho em equipa de docentes, esta ação compreende o reforço de meios, através do crédito horário, permitindo aumentar o tempo de trabalho docente disponível em cada escola sendo uma forma de apoiar as comunidades educativas na recuperação das aprendizagens dos alunos.

Este reforço é exclusivamente utilizado para a recuperação e consolidação de aprendizagens, nomeadamente através de horas de apoio educativo e coadjuvação de aulas, com principal incidência nos anos de transição de ciclo e no 3.º ano de escolaridade.

3.1. Projeto Fénix

Implementado no 1º Ciclo, este projeto assenta num modelo organizacional de escola que permite dar um apoio mais personalizado aos alunos que evidenciam dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

3.2. Escola a Ler (DGE/RBE)

A ação «Escola a ler», da responsabilidade da Rede de Bibliotecas Escolares, do Plano Nacional de Leitura 2027 e da Direção-Geral de Educação, resulta da agregação de todas as propostas respeitantes à ação Escola a ler, integrada no Plano Escola + 21|23.

Visa trabalhar a leitura de forma sistemática, estruturada e diversificada e constituir uma rede colaborativa de trabalho e partilha, no âmbito desta medida, desenvolver as competências de leitura, melhorando a fluência e a compreensão leitoras, fazer do uso do livro, da leitura orientada e da escrita uma rotina diária/semanal em sala de aula e promover a literacia literária como instrumento para a fruição de textos gradativamente mais extensos e complexos, que garantam o gosto de ler. No âmbito desta acção, são desenvolvidas as actividades: Leitura Orientada - 1.º e 2.º Ciclo; Livr'à Mão - 3.º Ciclo; Vou Levar-te Comigo! - 3.º Ciclo, Projeto Pessoal de Leitura - 3.º Ciclo.

Estratégia de Educação Para a Cidadania de Escola (EECE)

A EECE – AEJD nasce alicerçada na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) e documentos base desta, tendo como referência as aprendizagens essenciais da área, as competências constantes no Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho) e as aprendizagens transversais de cada área disciplinar, numa abordagem holística da Saber.

O desenvolvimento da Educação para a Cidadania no Agrupamento dá primazia aos domínios que promovem o desenvolvimento dos valores, atitudes e competências que se pretendem desenvolver nos alunos e que ajudam a responder aos objetivos contemplados no Projeto Educativo, através da prestação de um serviço que possibilite aos jovens construírem-se como cidadãos informados, reflexivos, ativos, inovadores, resilientes, responsáveis e com, uma atitude inclusiva e humanista. Deste modo pretende-se:

Desenvolver competências pessoais e sociais; Desenvolver uma cultura cívica dos alunos; Promover o pensamento crítico; Desenvolver competências de participação ativa; Desenvolver conhecimentos em áreas não formais; Melhorar os resultados escolares; Envolver os encarregados de educação nas dinâmicas escolares; Promover os Valores pessoais e sociais; Reforçar Identidade e cultura de escola; Fortificar a relação escola - Família – Comunidade; Diminuir a Indisciplina, abandono escolar e absentismo; Promover o Sucesso Educativo; Melhorar a Gestão e organização.

Os alunos que se destacarem pelas boas práticas com impacto na comunidade serão valorizados no quadro de valor.

Clube de Programação e Robótica

O Clube de Programação e Robótica da Escola Básica Júlio Dinis é um espaço aberto aos alunos que pretendam desenvolver as suas competências digitais através da robótica e programação na área das CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Pretende familiarizar os alunos com a programação e a robótica, através da realização de atividades de carácter experimental, utilizando alguns artefactos da robótica educativa, tais como robôs, placas Arduíno e Micro:bit, drones ou outros a construir.

Clube de Teatro

O Clube de Teatro da Escola Básica Júlio Dinis tem por objetivo principal despertar o interesse e o gosto pelo teatro, promovendo o desenvolvimento de novas atitudes e de competências de receção e de sentido crítico dos textos trabalhados, através do trabalho de técnicas teatrais e de expressão dramática. Esta iniciativa, pela diversidade de competências abrangidas, visa fundamentalmente construir um trabalho de equipa, interiorizar e promover valores artísticos, literários e culturais, em geral, permitindo que a escola se afirme cada vez mais como uma entidade promotora da cultura.

Clube UBUNTU

O Clube Ubuntu nasceu no ano letivo de 2020/2021. Insere-se numa medida mais abrangente, a Academia Ubuntu – no âmbito do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE). O método Ubuntu leva-nos ao desenvolvimento de cinco competências chave, centrais do desenvolvimento humano: tornar-se pessoa. A primeira etapa foca-se nas competências pessoais [Autoconhecimento*, Autoconfiança e Resiliência*] e a segunda, reforça competências sociais e relacionais [Empatia *e Serviço*]. É a partir deste método que o Clube se desenvolve.

Clube de Ciência Viva

Este projeto visa contribuir para a promoção da literacia científica e tecnológica dos alunos e da comunidade educativa, facultando ambientes formais e não formais de

aprendizagem que estimulem o entusiasmo pela ciência e pela aprendizagem ao longo da vida. Pretende proporcionar o contacto com a ciência em diferentes domínios, estabelecendo pontes com outras áreas do saber, promovendo a interdisciplinaridade, articulação e colaboração. Alicerçado no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, é um espaço importante de desenvolvimento de um conjunto de competências diversas que ultrapassam as fronteiras disciplinares, com vista à promoção do sucesso escolar.

Clube de Fotografia

O Clube é um ponto de encontro para os membros da comunidade escolar que anseiam dedicar-se à fotografia, partilhar técnicas, experiências ou aprofundar conhecimentos. Pretende-se criar no aluno referências de aprendizagem numa tecnologia – a fotografia – cada vez mais presente e indispensável nos dias de hoje.

Trata-se de uma atividade de complemento curricular de caráter informal entre os participantes que livremente se comprometem a desenvolver as atividades que constituem o projeto, assegurando a prossecução dos respetivos objetivos.

Clube Júlio Dinis

O Clube Júlio Dinis tem como principal objetivo, homenagear e promover o legado Patrono do AEJD, criando assim, o sentimento de pertença a uma comunidade que o deixou eternizar/permanecer. Júlio Dinis foi, e é hoje, uma das referências ao nível literário e criativo. Foi um dos mais marcantes autores de uma geração que conheceu os ímpetos e as agitações no seio das convulsões sociais e industriais, sem nunca negligenciar os encantos da Natureza. Acreditamos que a escola tem muitas funções entre as quais a difusão deste ilustre escritor, que apadrinha e patrocina pelas suas obras o optimismo do seu ideal social o espírito crítico e o sentido de responsabilidade na solução harmoniosa de conflitos. Acreditámos que ainda hoje, seja um propósito válido.

O Clube Júlio Dinis tem, como principal objetivo sensibilizar os alunos e a comunidade educativa para o património, imaterial e singular, que o Agrupamento possui, nomeadamente divulgar, a localização próxima de um Monumento Nacional e a

ligação de Júlio Dinis a Grijó plasmada na obra "A Morgadinha dos Canaviais" e respetivas evidências imóveis.

Clube de Percussão

O Clube de Percussão da Escola Básica Júlio Dinis funciona como um espaço alternativo à ocupação dos tempos livres dos alunos, numa perspetiva pedagógica, recreativa e artística, utilizando a dinâmica e organização próprias de um grupo de percussão.

O Clube/Grupo de Percussão inclui alunos do segundo e terceiro ciclos e é um espaço privilegiado para a promoção da percussão tradicional portuguesa em meio escolar.

Clube Ganhar+ Saúde

Este Clube constitui-se como um programa de desenvolvimento de competências no âmbito da saúde e nas suas várias dimensões, através de um trabalho colaborativo/cooperativo entre docentes, alunos e as várias estruturas da escola.

Pretende-se construir uma Escola Promotora de Saúde, contribuir para o desenvolvimento do Perfil do Aluno no Final da Escolaridade Obrigatória, atuando numa área tão essencial como a saúde (social, emocional e mental) e a atividade física, através do desenvolvimento de estilos de vida saudável e de competências socio emocionais.

Clube do Desporto Escolar

O Clube do Desporto Escolar visa a promoção da saúde e ocupação dos tempos livres dos alunos de forma saudável e ativa, contribuindo para a sua formação integral e desenvolvimento harmonioso.

Desta forma, os alunos têm oportunidade de participar de modo voluntário, regular e gratuito nos Grupos/Equipas (Ténis de Mesa; Ténis de Campo; Ginástica Artística; Futsal; Escola Ativa) ou ao nível das ações fomentadas na atividade interna.

Jornal Tagarela

O Jornal Escolar do AEJD constitui-se como um meio complementar de divulgação da informação disponibilizada no site e na rede social Facebook (maioritariamente em

suporte fotográfico) priorizando a escrita. O texto principalmente o reflexivo, para além de permitir escrever com apropriação, permite, também, o desenvolvimento da autonomia e um maior conhecimento da realidade. Ao longo do seu processo de construção, o jornal escolar contribui para a formação do cidadão crítico e, consequentemente, para a construção de conhecimentos significativos, tão importantes na formação cívica.

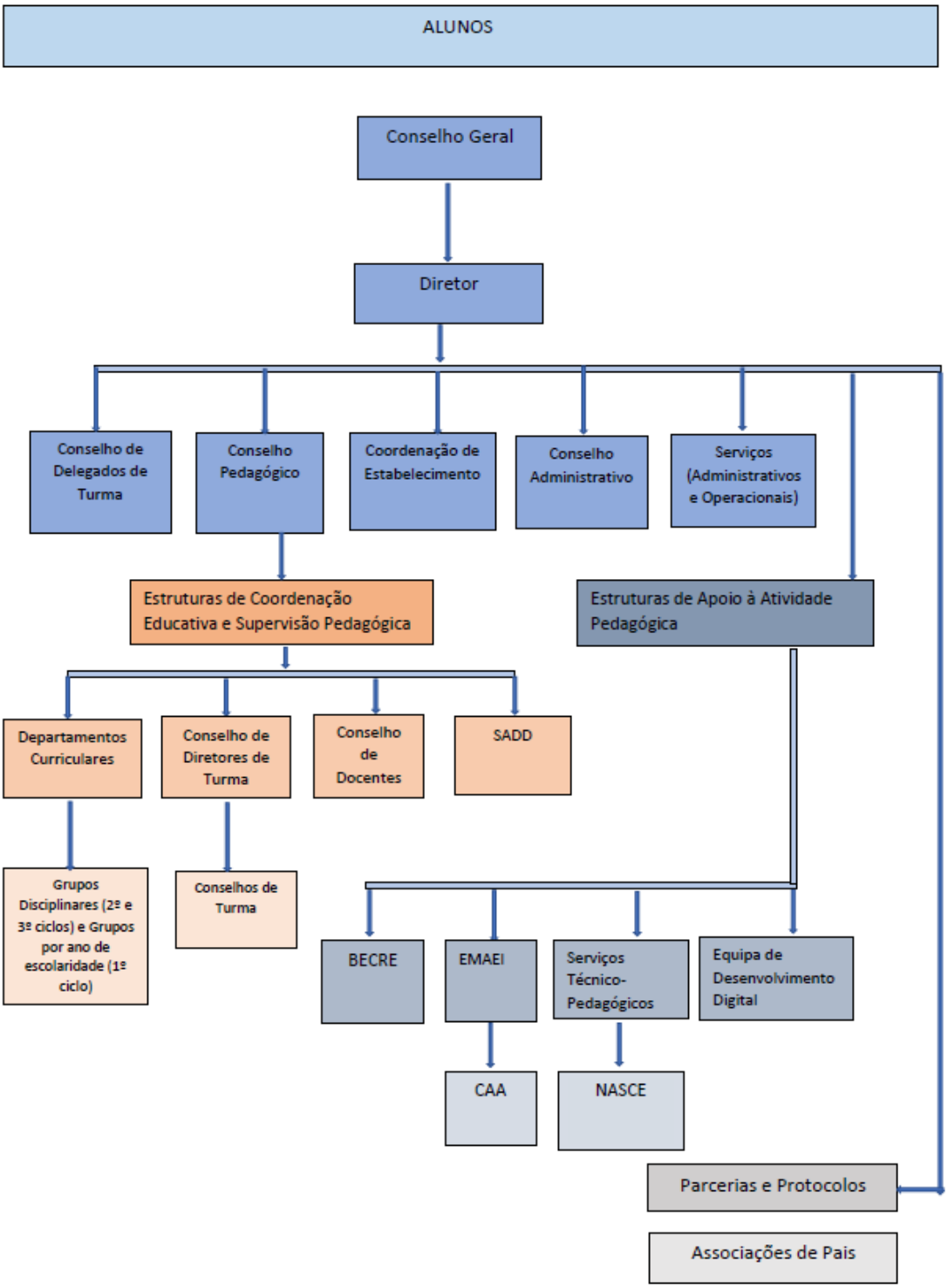
De destacar o papel destas publicações no crescimento dos estudantes e na coesão da comunidade escolar.

2.4 - Reconhecimento

O Agrupamento tem sido galardoado com selos de reconhecimento nacional. Como exemplos concretos, destacam-se os seguintes:

- Vencedor do 1.º Ciclo no concurso nacional de leitura – fase municipal (2018).
- Diploma "Escola Solidária" 2018/19.
- Selo "Escola Amiga da Criança" 2ª e 3ª edição.
- Diploma "Escola Pioneira: Programa de Desenvolvimento de Liderança da Teach For Portugal.
- Selo "Escola Saudável 2021-2023", tendo obtido uma certificação de nível III - Avançado, o nível máximo possível.
- Selo "Escola Saudavelmente - Boas Práticas de Saúde Psicológica, Sucesso Educativo e Inclusão" 2022-2024.
- Selo de certificação da participação do Agrupamento no questionário SELFIE.
- Certificados da Rede de Bibliotecas Escolares:
  - Requalificar a Biblioteca 2020;
  -Integração da Biblioteca de Santo António em 2022.
- Galardões "Eco-escolas" e "Eco-Agrupamento".

2.5 - Estrutura Organizacional



2.6 - Estruturas de Coordenação e Supervisão Pedagógica

2.6.1 - Departamentos Curriculares

A articulação e gestão curricular são asseguradas por departamentos curriculares, nos quais se encontram representados os grupos de recrutamento e áreas disciplinares.

Os Departamentos Curriculares são os seguintes:

- Educação Pré-Escolar;
- 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Línguas (Português, Inglês, Francês);
- Ciências Sociais e Humanas (História e Geografia de Portugal, História, Geografia, EMRC);
- Matemática e Ciências Experimentais (Matemática; CN; F.Q.);
- Expressões (Ed. Visual; Ed. Tecnológica; TIC; Ed. Física; Ed. Musical);
- Educação Especial.

2.6.2 - Conselho de Diretores de Turma

A coordenação pedagógica de cada ciclo tem por finalidade a articulação curricular e interdisciplinar das atividades das turmas, sendo assegurada pelo conselho de diretores de turma nos 2.° e 3.° ciclos do ensino básico. O conselho de diretores de turma integra todos os diretores de turma do 2.º e 3.º ciclos.

2.6.3 - Conselho de Docentes

O Conselho de Docentes do Agrupamento é constituído por todos os docentes titulares de turma do primeiro ciclo e pelos docentes de inglês em exercício de funções neste ciclo de ensino. O Conselho de Docentes emite parecer sobre a avaliação dos alunos apresentada pelo professor titular de turma e assegura a articulação do percurso escolar dos alunos ao longo do primeiro ciclo e nas transições escolares (entre o Pré-escolar e o primeiro ciclo, bem como o primeiro e o segundo ciclos).

2.6.4 - Secção de Avaliação do Desempenho Docente (SADD)

Integram a secção de avaliação do desempenho docente do Conselho Pedagógico, o Presidente do Conselho Pedagógico, que preside, e quatro outros docentes eleitos de entre os elementos que constituem o Conselho Pedagógico.

Compete à Secção de Avaliação do Desempenho Docente do Conselho Pedagógico:

- Aplicar o sistema de avaliação do desempenho tendo em consideração, designadamente, o projeto educativo do Agrupamento e o serviço distribuído ao docente;
- Calendarizar os procedimentos de avaliação;
- Conceber e publicitar o instrumento de registo e avaliação do desenvolvimento das atividades realizadas pelos avaliados nas dimensões previstas no artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012 de 21 de fevereiro;
- Acompanhar e avaliar todo o processo;
- Aprovar a classificação final, harmonizando as propostas dos avaliadores e garantindo a aplicação das percentagens de diferenciação dos desempenhos;
- Apreciar e decidir as reclamações, nos processos em que atribui a classificação final;
- Aprovar o plano de formação previsto na alínea b) do n.º 6 do artigo 23.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012 de 21 de fevereiro, sob proposta do avaliador.

2.7 - Estruturas de Apoio à Atividade Pedagógica

2.7.1 - Bibliotecas Escolares/Centro de Recursos Educativos (BE/CRE)

As Bibliotecas Escolares–Centro de Recursos Educativos (BE/CRE) são centros de recursos multimédia, devidamente organizados, de livre acesso, destinados à consulta e produção de documentos em diferentes suportes, ao serviço de toda a comunidade escolar. São um núcleo da organização pedagógica da Escola, vocacionado para a leitura, promoção da cultura e informação, constituindo um instrumento essencial do desenvolvimento do currículo escolar.

O Agrupamento dispõe de duas Bibliotecas, uma na Escola Sede do Agrupamento e outra na Escola Básica de Santo António.

2.7.2 - Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)

A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva constitui um recurso organizacional específico de apoio à aprendizagem, tendo em vista uma leitura alargada, integrada e participada de todos os intervenientes no processo educativo.

A EMAEI é composta por elementos permanentes e elementos variáveis.

São elementos permanentes da equipa:

- Um dos docentes que coadjuva o Diretor;
- Um docente de educação especial;
- Três elementos do conselho pedagógico com funções de coordenação pedagógica de diferentes níveis de educação e ensino;
- Um psicólogo;
- Outros elementos de acordo com as necessidades do Agrupamento.
- São elementos variáveis da EMAEI os pais ou encarregados de educação, o docente titular de grupo/turma ou o diretor de turma do aluno, consoante o caso, outros docentes do aluno, técnicos do centro de recurso para a inclusão (CRI) e outros profissionais que intervêm com o aluno.

2.7.3 - Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)

O Centro de Apoio à Aprendizagem é uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências do Agrupamento. A ação educativa promovida pelo CAA é complementar da ação desenvolvida no grupo ou na turma da criança ou do aluno, respetivamente, convocando a intervenção de todos os agentes educativos.

O CAA, enquanto recurso organizacional, insere-se no contínuo de respostas educativas disponibilizadas pelo AEJD.

Para os alunos a frequentar a escolaridade obrigatória, cujas medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão sejam as previstas nas alíneas b) adaptações curriculares significativas, d) desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino

estruturado, e e) desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social, do n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei nº 54, de 6 de julho, é garantida, no CAA, uma resposta que complemente o trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, com vista à sua inclusão.

O CAA do AEJD está subdividido em três secções, duas delas com espaço físico associado na sede do AEJD, existindo respostas complementares nas restantes escolas:

- Sala(s), na Escola Básica Júlio Dinis, agregando os recursos materiais e humanos que permitem o desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social;
- Biblioteca, na Escola Básica Júlio Dinis, onde, para além das atividades definidas no PAA para todo o Agrupamento, congrega informação sobre espaços disponíveis (exemplos: centro de recursos, sala de informática);
- Projetos do 1º ciclo constituídos por docentes com funções específicas, nomeadamente Projeto Fénix e Apoio Educativo.

2.7.4 - Serviços Técnico Pedagógicos: Núcleo Alargado de Suporte à Comunidade Educativa (NASCE)

O Núcleo Alargado de Suporte à Comunidade Educativa, designado abreviadamente por NASCE, constitui uma estrutura de apoio educativo, dos serviços técnico-especializados, que desenvolve a sua ação nos diferentes níveis de educação e ensino e tem como objetivo primordial promover o desenvolvimento integral do aluno em contexto escolar.

O NASCE desenvolve a sua ação em três eixos: apoio psicológico, psicopedagógico e socioeducativo; apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade; e desenvolvimento de carreira.

O NASCE é composto por técnico(s) especializado(s) e/ou superior(es), nomeadamente psicólogo(s) e educador(es)social(ais), podendo ainda estar a ele afetos outros técnicos associados a projetos do Agrupamento e/ou provenientes de entidades externas.

2.7.5 - Equipa de desenvolvimento digital (E2D)

O novo enquadramento institucional em matéria de transformação digital, trazido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/ 2020, de 21 de abril, prevê a

integração transversal das tecnologias nas diferentes áreas curriculares do Ensino Básico, visando a melhoria contínua da qualidade das aprendizagens e a inovação e desenvolvimento do sistema educativo. Esta estratégia permitirá dotar os alunos das competências digitais necessárias à sua plena realização pessoal e profissional, bem como permitirá a igualdade de oportunidades no acesso dos alunos a equipamentos e recursos educativos digitais de qualidade. Por último, salienta-se o contributo para o desenvolvimento das competências digitais dos professores.

Neste sentido, o Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE) integra a visão estratégica do AEJD e o seu compromisso com a qualidade do serviço de educação que presta.

A Equipa de Desenvolvimento Digital (E2D) é composta por um grupo coordenador e por assessorias da coordenação.

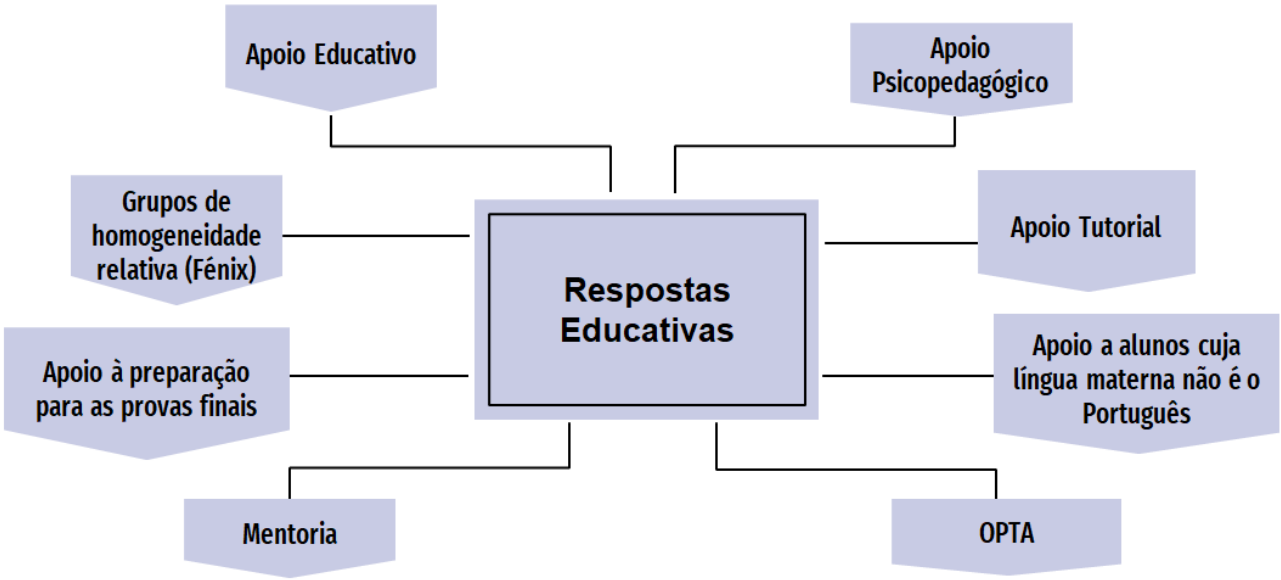
2.8 - Autonomia e Flexibilidade Curricular

A publicação do Decreto-Lei 55/2018 de 6 de julho determinou a necessidade de o Agrupamento refletir sobre a sua organização e tomar decisões quanto a opções curriculares. Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, a escola organizou o seu trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Foram tomadas decisões sobre a definição de dinâmicas de trabalho, processo de implementação das novas matrizes curriculares, identificação das disciplinas de oferta complementar (Ciências Experimentais no 1º ciclo), funcionamento das novas disciplinas de TIC, Cidadania e Desenvolvimento e do Complemento à Educação Artística (3º ciclo). Salienta-se ainda a organização do ano letivo por semestres, a construção de novos documentos curriculares e a formulação de critérios de avaliação ajustados ao novo enquadramento legislativo.

No âmbito da autonomia e flexibilidade curricular implementam-se diferentes respostas educativas com vista à promoção da qualidade e eficiência educativas.

2.8.1. - Respostas Educativas



Programa de Tutoria

Esta medida constitui-se como um recurso adicional, visando a diminuição das retenções e do abandono escolar precoce e consequentemente, a promoção do sucesso educativo.

A tutoria é uma medida de proximidade com os alunos, privilegiando os alunos do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico que ao longo do seu percurso escolar acumulem duas ou mais retenções. Tem como objetivo incrementar o envolvimento dos alunos nas atividades educativas, nomeadamente, através do planeamento e da monitorização do seu processo de aprendizagem. Pode constituir-se como um fator importante para a autorregulação das aprendizagens, incrementando, desse modo, o bem-estar e a adaptação às expectativas académicas e sociais.

Programa de Mentoria

Programa de Mentoria visa dar cumprimento às orientações emanadas pela DGEstE, com a finalidade de estimular o relacionamento interpessoal e a cooperação entre os alunos. Este programa destina-se a alunos dos 2.º e 3.º Ciclos, identificando os alunos

que se disponibilizam para apoiar os seus pares acompanhando-os, designadamente, no desenvolvimento das aprendizagens, esclarecimento de dúvidas, na integração escolar, na preparação para os momentos de avaliação e em outras atividades conducentes à melhoria dos resultados escolares.

Para além da gratificação pessoal de ter a oportunidade de estar a ajudar um colega, o papel de Mentor é também uma oportunidade de promoção e produção de competências pessoais, sociais e cognitivas. Ao ajudar um colega a aprender, os Mentores também estão a aprender, criando-se um clima de cooperação e motivação.

Apoio ao Estudo/Educativo

A escola disponibiliza um conjunto de estratégias de caráter pedagógico e didático a diversas disciplinas, organizadas de forma integrada. Este apoio poderá ser individual ou em grupo, ou turma, respeitando os ritmos individuais de aprendizagem de cada um. São finalidade destes apoios aos alunos: o reforço de competências e saberes; a superação de dificuldades de aprendizagem; a prevenção de exclusão e do abandono escolar; a melhoria do sucesso escolar.

Apoio Psicopedagógico

Este apoio assume um papel essencial no processo de flexibilidade curricular, contribuindo para a promoção de competências sociais e emocionais, envolvendo os alunos ativamente na construção da sua aprendizagem, promovendo o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, nomeadamente, a capacidade de resolução de problemas, o relacionamento interpessoal, os pensamentos crítico e criativo, a cidadania.

O seu papel será igualmente relevante nos processos de gestão dos ambientes de sala de aula, na adaptação dos recursos e materiais, na constituição de grupos de alunos consoante as suas necessidades e potencialidades, na adequação das metodologias de ensino e de aprendizagem, na avaliação das aprendizagens, na definição de percursos de melhoria das aprendizagens, no trabalho interdisciplinar e na monitorização da implementação de medidas de apoio à aprendizagem.

PLNM (Português Língua não Materna)

A oferta da disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM) no currículo dos ensinos básico e secundário encontra-se prevista nos artigos 12.º e 11.º das Portarias n.os 223-A/2018, de 3 de agosto, na sua atual redação, e 226- A/2018, de 7 de agosto, respetivamente.

Pretende-se que as crianças e jovens oriundos de contextos migratórios que não tenham o Português como língua materna ou que não tenham tido o Português como língua de escolarização, usufruam de medidas de integração efetiva no sistema educativo, assim como na sociedade em geral.

2.8.2. Respostas Sociais

O AEJD em parceria com a Câmara Municipal promove a prestação de um serviço de componente de apoio à família que se traduz num conjunto de atividades ocupacionais lúdicas, com o objetivo colmatar as necessidades dos pais ou encarregados de educação. Estas atividades poderão incluir as modalidades de apoio ao almoço, prolongamento de horário e atividades nas interrupções letivas.

GAIAaprende+

Este Programa surge da necessidade de encontrar resposta no novo papel social desempenhado pela educação e pela escola. Neste sentido, foi criada a Escola a Tempo Inteiro, que se apresenta como um instrumento mobilizador de mudança social, promotora de uma educação integral. O GAIA APRENDE+ destina-se a assegurar o acompanhamento, em tempo não letivo, dos/as alunos/as da Educação Pré-escolar e do 1.º CEB através das seguintes modalidades:

1. Educação Pré-Escolar - Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF)

As AAAF visam dar uma resposta lúdica às necessidades das famílias sendo ajustados às necessidades dos EE no início de cada ano letivo.

Esta atividade inclui todos os tempos que estão para além das vinte e cinco horas letivas, assegurando o acompanhamento das crianças antes e depois do período

diário da componente letiva, no período da manhã e da tarde, durante o almoço e durante os períodos de interrupção letiva.

Todos os jardins-de-infância usufruem destas atividades e o horário varia de acordo com as necessidades dos Encarregados de Educação.

2. Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

As AEC no 1.º ciclo do ensino básico, de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural incidem, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio.

3. Componente de Apoio à Família (CAF)

A CAF integra um conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva.

GAIAaprende+(i)

O GAIAaprende+(i) é um programa educativo dirigido a alunos/as com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, visando o desenvolvimento de competências, comportamentos e aprendizagens de suporte à escola, através de atividades dinamizadas em função das medidas de suporte à aprendizagem pré-estabelecidas, numa lógica de intervenção com caráter supletivo. O GAIAaprende+(I) assegura ainda a dinamização de atividades ajustadas às necessidades dos/as alunos/as e funciona durante o ano e nos períodos de interrupção letiva e nas férias de verão. Destina-se aos alunos/as da Educação Pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º CEB, com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão

2.9 - Parcerias e Protocolos

O AEJD mantém uma rede de parcerias e protocolos com um número considerável de entidades locais, regionais e nacionais, com as quais vem trabalhando em estreita proximidade no âmbito de projetos diversos. A rede de parceiros é constituída por

parceiros formais e informais. Desta rede fazem parte, entre outros, os seguintes parceiros:

- Associações de Pais e Encarregados de Educação;
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- GAIURB;
- União de Freguesias de Grijó e Sermonde;
- União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo;
- Rede de Bibliotecas Escolares;
- PNL 2027;
- SABE - Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares;
- Paróquia de S. Salvador de Grijó;
- Equipa de Saúde Escolar;
- CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - Gaia Sul;
- Centro Social da Paróquia de São Salvador de Grijó;
- Olival Social;
- Teach for Portugal;
- Instituto de Desenvolvimento e Inclusão Social;
- Instituição de Solidariedade Social - Tenda do Encontro;
- Tuna Orfeão de Grijó;
- Centro de Recursos para a Inclusão da CERCI Gaia;
- Centro de Reabilitação da Granja;
- CRTIC Porto (Centro de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial);
- IPAV – Academia de Líderes Ubuntu;
- Cooperativa Sol Maior (CAFAP);
- Forças de Segurança (GNR, Escola Segura e PSP);
- Centro de Formação Aurélio da Paz dos Reis;
- Equipa Multidisciplinar de Apoio Técnico aos Tribunais (EMAT);
- Associação Desportiva de Grijó;
- Universidade do Porto;
- Universidade Lusíada.

2.10 - Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE)

Os Encarregados de Educação estão representados por várias Associações de Pais, consagrando-se como associações que procuram promover relações com a comunidade num clima de diálogo e abertura, para a construção de uma escola melhor para todos.

Parte II

1. Diagnóstico do Agrupamento

Foi efetuado um levantamento do Ambiente Interno e Ambiente Externo, identificando-se as Forças/Pontos Fortes; Fraquezas/Pontos Fracos; Oportunidades; Ameaças / Constrangimentos, através de auscultação da comunidade educativa e da consulta de documentos produzidos pela IGEC no âmbito da "Avaliação Externa" e do "Programa de Acompanhamento da Ação Educativa''.

1.1 - Ambiente Interno

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
• Abertura à inovação; • Percurso na construção, implementação e consolidação do referencial da avaliação das e para as aprendizagens; • Implementação de medidas promotoras do sucesso educativo; • Gestão e planeamento de recursos humanos e materiais; • Qualidade profissional do corpo docente e não docente; • Participação dos alunos na vida do Agrupamento; • Resposta crescente no ensino inclusivo; • Resposta da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI); • Concretização do Plano de Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE); • Existência de uma Estratégia de Educação para a Cidadania; • Trabalho colaborativo entre docentes • Ações desenvolvidas pelo Núcleo Alargado de	• Dificuldades no planeamento e comunicação entre as estruturas pedagógicas do Agrupamento; • Debilidades na gestão vertical do Currículo ao longo de todos os ciclos; ** • Persistência de alguns problemas de ordem comportamental e disciplinar; • Insucesso escolar em alguns anos de escolaridade; • A identificação rigorosa dos fatores internos explicativos do sucesso e do insucesso dos alunos, enquanto etapa primeira na conceção de um plano de ações de melhoria; * • Fragilidades ao nível da avaliação interna; • O aprofundamento de uma cultura de autoavaliação coerente e sustentada, aberta à participação dos elementos da comunidade

Suporte à Comunidade Educativa; • O recurso regular e sistemático a metodologias ativas e experimentais, em todos os níveis de educação e ensino, tendo em vista a aquisição gradual por todas as crianças e alunos de uma boa literacia científica; • Reduzida taxa de abandono escolar; • A dinamização de atividades e projetos diversificados, orientados para a formação de cidadãos autónomos, participativos e solidários, visando o desenvolvimento pessoal e social das crianças e dos alunos. * • A valorização da dimensão artística transversal aos diferentes níveis de educação e ensino que contribui para a formação das crianças e jovens * • A dinâmica das bibliotecas escolares enquanto recurso fundamental para a ação educativa, com impacto na promoção do gosto pela leitura e no desenvolvimento de diferentes literacias. * • A liderança do diretor e da sua equipa, promotora de ações que concorrem para a coesão, sentido de pertença e desenvolvimento de uma cultura de participação dos diferentes atores educativos. * • O conjunto de parcerias desenvolvidas para dar resposta às necessidades sentidas com impacto positivo na melhoria da qualidade do serviço educativo prestado. * • Adequação das respostas prestadas pela equipa da educação especial; • Percurso escolar globalizante, incluindo pré-escolar.	educativa, com impacto na melhoria da qualidade do serviço educativo prestado. *

• Fonte: *Relatório de Avaliação Externa; ** Programa de Acompanhamento da Ação Educativa

1.2 - Ambiente Externo

OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
• Existência de instituições interessadas no estabelecimento de parcerias e protocolos; • Diálogo e articulação com parceiros institucionais (Associações de Pais/Encarregados de Educação, Autarquias, Escola Segura, CERCIGAIA, Centro de Saúde, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Gaia, Instituto Local de Reintegração Social, Instituições do Ensino Superior, Instituições particulares, Centro de Formação Aurélio da Paz dos Reis, Serviços do Ministério da Educação, entre outros); • Fixação de um Psicólogo educacional e de um Educador Social; • Existência de projetos/programas de âmbito regional e nacional; • Dinamismo das Associações de Pais; Reputação e reconhecimento do Agrupamento.	• Infraestruturas desadequadas à prática de Educação Física; • Equipamento informático obsoleto, incapaz de acompanhar as exigências digitais atuais; • Ausência de requalificação do edifício da Escola Sede do Agrupamento; • Insuficiente participação/ envolvimento dos Pais/E.E. no processo educativo, sobretudo no 3.º Ciclo; • Alunos retidos por incumprimento do dever de assiduidade, mantidos na escola (Legislação em vigor); • Posição no ranking das Escolas/ Agrupamentos; • Rede de transportes públicos insuficiente; • Agravamento da situação económica das famílias.

2. Das Linhas de Orientação ao Plano Estratégico

2.1 - Missão

A missão do Agrupamento de Escolas Júlio Dinis-Grijó é contribuir, através de práticas educativas de excelência, para a formação integral do ser humano, oferecendo um percurso de rigor e qualidade. É educar para o sucesso, preparando jovens para desenvolver ao máximo as suas capacidades e potencialidades, construindo o seu futuro de forma competente, autónoma e responsável.

2.2 - Visão

O Agrupamento de Escolas Júlio Dinis deve ser um Agrupamento de referência e excelência reconhecido pelo seu profissionalismo, qualidade e postura ética, reconhecido pela forma empenhada em integrar a transição digital preconizada pelos documentos europeus e nacionais; que eduque para a cidadania; que invista na transversalidade do currículo; que seja uma escola inclusiva; com práticas pedagógicas inovadoras e cuja identidade se exprime no lema **Conhecimento, Inclusão e Cidadania.**

2.3 - Princípios Orientadores e Valores

Valores como Inclusão, Solidariedade, Equidade, Cooperação, Liberdade, Ética, Responsabilidade Ambiental e Respeito pelo outro, alicerçam este Projeto Educativo que assenta nos seguintes Princípios Orientadores:

- ✓ Princípio pedagógico – a dimensão pedagógica é a prioridade educativa que se sobrepõe às outras dimensões;
- ✓ Princípio da responsabilidade social – a inserção na comunidade é uma obrigação e um benefício que devemos encarar diariamente, sobrepondo-se o "bem comum" ao interesse pessoal;
- ✓ Princípio humanista – cada elemento do Agrupamento ou a este ligado (alunos, professores, assistentes operacionais, famílias...) é primeiro uma pessoa e tratado como tal e não apenas como "recurso", "agente" ou "ator". Cada um tem um papel específico na ação educativa, que deve ser valorizado;
- ✓ Princípio da inovação – ser capaz de educar, de formar e de construir com

criatividade e recorrendo a novas técnicas e tecnologias;

- ✓ Princípio das lideranças partilhadas – a nível das estruturas intermédias estabelecem-se diferentes níveis de responsabilidade e participação nas decisões;
- ✓ Princípio da equidade e justiça – estará sempre presente nos documento orientadores do Agrupamento e na atuação de todos os elementos da comunidade educativa.

3. Plano estratégico: Áreas de intervenção

Alicerçados nos nossos princípios e valores e na análise/diagnóstico realizado, foram definidas 4 áreas de intervenção, através dos quais toda a comunidade educativa se compromete, no sentido de alcançar o propósito definido na missão e visão, colmatando deficiências e reforçando competências e boas práticas.

3.1 - Áreas de intervenção

A. Organização e Gestão;

B. Serviço Educativo;

C. Resultados;

D. Autoavaliação

Para cada área de intervenção estratégica, foram identificados os principais problemas, traçados objetivos específicos, definidas atividades de operacionalização, definidas as metas a atingir e identificados os indicadores de avaliação que permitirão determinar se o caminho seguido possibilita atingir as metas estabelecidas para consolidar uma escola de sucesso.

Áreas de intervenção	Dimensão	Objetivos estratégicos de intervenção
A. Organização e Gestão	**A1. Organização**	A.1.1. Estabelecer de forma eficaz a articulação entre as várias estruturas educativas do Agrupamento.
	A.2. Gestão	A.2.1. Envolver o Agrupamento e os seus parceiros numa gestão estratégica para a melhoria e para a inovação.
	A.3. Comunicação	A.3.1. Criar mecanismos eficazes e eficientes de comunicação, aumentando o conhecimento e o reconhecimento do serviço educativo prestado à Comunidade.
B. Serviço Educativo	**B.1. Planeamento e articulação do serviço educativo**	B.1.1. Planificar, implementar e monitorizar práticas pedagógico-didáticas articuladas, com vista à melhoria dos resultados.
	B.2. Práticas pedagógico-didáticas	
	B.3. Regulação das aprendizagens	
C. Resultados	**C.1. Resultados escolares**	C.1.1. Melhorar a qualidade das aprendizagens, com vista à melhoria dos resultados.
		C.1.2. Reduzir o insucesso escolar.
	C.2. Resultados Sociais	C.2.1. Formar cidadãos cientificamente bem preparados, críticos, éticos, e conscientes das suas responsabilidades sociais.
D. Autoavaliação	**D.1. Autoavaliação e Regulação**	D.1.1. Desenvolver a autoavaliação, com vista à implementação de boas práticas no Agrupamento.

Área de Intervenção	A. Organização e Gestão
Dimensão	A.1. Organização
Objetivo estratégico de intervenção	A.1.1. Estabelecer de forma eficaz a articulação entre as várias estruturas educativas do Agrupamento.

Objetivos Operacionais	Ações a desenvolver	Indicadores de Avaliação
Incrementar modos de atuação tendentes à corresponsabilização democrática das lideranças intermédias na definição, implementação e avaliação de estratégias conducentes à operacionalização do PE.	- Garantir uma articulação coerente entre os diferentes documentos orientadores do Agrupamento. - Delegar competências nas lideranças intermédias. - Realizar regularmente reuniões para a delineação, implementação e avaliação de estratégias, processos e procedimentos, com vista ao desenvolvimento do PE e ao pleno funcionamento das equipas fundamentais para a gestão estratégica. - Inserir, nos relatórios de monitorização e de avaliação, a serem elaborados por cada estrutura intermédia, o grau de consecução dos processos e dos procedimentos da sua responsabilidade.	Número e regularidade das reuniões dinamizadas pelas estruturas intermédias. Número de lideranças intermédias efetivamente envolvidas na operacionalização do PE.

Metas
Melhorar a regularidade e eficácia das reuniões ocorridas. Envolver todas as lideranças intermédias na operacionalização do PE.

Área de Intervenção	A. Organização e Gestão
Dimensão	A.2. Gestão
Objetivo estratégico de intervenção	A.2.1. Envolver o Agrupamento e os seus parceiros numa gestão estratégica para a melhoria e para a inovação.

Objetivos Operacionais	Ações a desenvolver	Indicadores de Avaliação
Identificar e implementar procedimentos de gestão das estruturas pedagógicas e dos serviços com vista à melhoria e à qualidade do serviço prestado.	- Promover a participação da comunidade educativa nos documentos estratégicos do agrupamento. - Promover ações que concorrem para a coesão e sentido de pertença, bem como para o desenvolvimento da cultura de participação dos diferentes atores educativos. - Implementar medidas para que o Agrupamento seja reconhecido pela sua qualidade, gestão, acolhimento e profissionalismo.	Nível de satisfação expresso pela comunidade educativa. Número de estruturas pedagógicas envolvidas na melhoria do serviço prestado.
Aumentar/ intensificar a desmaterialização de processos internos.	- Otimizar uma política digital em todo o Agrupamento, maximizando os equipamentos, plataformas e outros dispositivos digitais, para uma organização mais eficiente. - Ativar o sistema de assinatura digital dos documentos (pautas, atas, justificações de ausência ao serviço, etc.) - Alargar os recursos digitais no processo de ensino-aprendizagem.	Número de utilizadores abrangidos/plataformas e outros dispositivos digitais utilizados.
Reforçar e atualizar as competências profissionais do pessoal docente e não docente.	- Organizar formação docente, preferencialmente certificada, centrada na atualização científica, na diversificação das práticas pedagógico-didáticas, na transição digital. - Organizar formação não docente, centrada nas necessidades identificadas.	Cumprimento de 90% do plano de formação docente e não docente do AE. Taxa de participação dos docentes/ não docentes. Grau de satisfação dos formandos, relativamente a: utilidade, interesse e adequação.

Metas
Melhorar, a cada ano, o nível de satisfação pelo serviço prestado durante o período de vigência do PE. Responder às necessidades de formação do agrupamento. Adotar em/por todo o Agrupamento uma política digital, para otimizar procedimentos e reduzir o consumo de papel.

Área de Intervenção	**A. Organização e Gestão**
Dimensão	**A.3. Comunicação**
Objetivo estratégico de intervenção	**A.3.1. Criar mecanismos eficazes e eficientes de informação, aumentando o conhecimento e o reconhecimento do serviço educativo prestado à Comunidade.**

Objetivos Operacionais	Ações a desenvolver	Indicadores de Avaliação
Implementar um circuito de transmissão de informação entre as diversas estruturas docentes e não docentes.	- Investir na divulgação, em tempo útil, das deliberações tomadas pelas diferentes estruturas do Agrupamento. - Promover, a operacionalização, em tempo útil, das deliberações comunicadas. - Promover uma cultura de articulação entre os departamentos curriculares e os docentes que os compõem.	Número de reuniões de articulação entre coordenadores de departamento. Número de reuniões intra e inter departamento. Número de reuniões de docentes (educação pré-escolar), ano de escolaridade no 1º ciclo e de área disciplinar (2º e 3º ciclos).
Promover a imagem do Agrupamento.	- Reforçar a divulgação para o exterior, das atividades relevantes do agrupamento e das ofertas educativas. - Melhorar os canais de comunicação com o exterior. - Aumentar o número de ações/atividades envolvendo a comunidade	Número de atividades do PAA que contemplam o envolvimento de entidades externas.

	local. - Manter a participação em projetos de âmbito regional e nacional.	
Difundir informação necessária ao funcionamento e ao autoconhecimento da organização.	- Atualizar a informação no site do agrupamento. - Publicitar, na página do agrupamento, as atividades do PAA.	Número de publicações nas páginas web do Agrupamento. Número de visualizações dos canais digitais do Agrupamento.

Metas
Melhorar a comunicação e articulação intra e inter Departamentos. Manter a 100% a atualização do e-mail institucional do pessoal docente, não docente e dos discentes. Difundir, na página do agrupamento, pelo menos 30% das atividades realizadas no âmbito do PAA contribuindo para uma maior visibilidade do Agrupamento. Aumentar o número de atividades do PAA que envolvem entidades externas.

Área de Intervenção	B. Serviço Educativo
Dimensão	B.1. Planeamento e articulação do serviço educativo
Objetivo estratégico de intervenção	B.1.1. Planificar, implementar e monitorizar práticas pedagógico-didáticas articuladas, com vista à melhoria dos resultados escolares e sociais.

Objetivos Operacionais	Ações a desenvolver	Indicadores de Avaliação
Planificar articuladamente o processo de ensino aprendizagem.	- Incrementar a planificação do processo de ensino aprendizagem, para produção/seleção de materiais didáticos comuns e para a avaliação das aprendizagens escolares. - Definir, na planificação anual das disciplinas de Ciências Naturais e Físico-química, um referencial de atividades experimentais a implementar. - Planificar e desenvolver atividades experimentais na EPE e no 1.º ciclo, em articulação com o Departamento de Matemática e Ciências Experimentais. - Planificar e desenvolver atividades experimentais para os alunos com adaptações curriculares significativas, em articulação com o Departamento de E.E. - Planificar verticalmente, dentro do mesmo ciclo de ensino e entre ciclos de ensino, o processo de ensino-aprendizagem, considerando a aquisição gradual e complementar de aprendizagens e competências. - Coadjuvar em sala de aula, incentivando o trabalho colaborativo para planeamento, reflexão e produção de materiais. - Consolidar projetos e atividades transversais no Agrupamento, entre os diferentes níveis de ensino e docentes das várias áreas disciplinares.	Nível de concretização do Trabalho Colaborativo. Número de reuniões de articulação realizadas. Número de atividades articuladas concretizadas. Número de aulas de coadjuvação conseguidas.

Metas
Realizar, pelo menos, uma reunião de articulação vertical por ano letivo. Otimizar o trabalho colaborativo. Desenvolver competências específicas no âmbito das ciências experimentais realizando, pelo menos, uma experiência comum por ano. Promover a literacia científica.

Área de Intervenção	**B. Serviço Educativo**
Dimensão	**B.2. Práticas pedagógico-didáticas**
Objetivo estratégico de intervenção	**B.2.1. Planificar, implementar e monitorizar práticas pedagógico didáticas-articuladas, com vista à melhoria dos resultados.**

Objetivos Operacionais	Ações a desenvolver	Indicadores de Avaliação
Aplicar práticas na sala de aula que desenvolvam competências nos alunos, em literacias da leitura e da escrita, em literacia da informação e em literacia digital.	- Concretizar estratégias de promoção do livro e da leitura desde a educação pré-escolar até ao 9.º ano de escolaridade, articuladas com as aprendizagens essenciais de cada ano e ciclo e que envolva as diferentes disciplinas e áreas disciplinares. - Consolidar uma política digital no Agrupamento, com o objetivo de uma inserção alargada dos recursos digitais e das tecnologias da informação e da comunicação na e para além da sala de aula, com vista a uma diferenciação pedagógica e melhoria das aprendizagens com as TIC. - Fomentar a articulação curricular, e outras dinâmicas pedagógicas. - Implementar domínios de autonomia curricular. - Aplicar práticas na sala de aula que desenvolvam competências digitais nos alunos.	Número de atividades de promoção do livro e da leitura. Orientações, no âmbito das ações a desenvolver, por parte do Conselho Pedagógico. Nível de consecução das ações do PADDE.

Promover a igualdade de oportunidades de acesso ao currículo.	- Detetar, acompanhar e/ou encaminhar precocemente necessidades de apoio específico e de intervenção precoce. - Acompanhar o desenvolvimento das crianças no JI, com vista à intervenção precoce das necessidades sociais e de desenvolvimento. - Operacionalizar medidas universais, seletivas e adicionais, em contexto de aprendizagem formal, numa lógica de abordagem multinível. - Oferecer apoios educativos/especializados de âmbito curricular. - Aplicar estratégias de diferenciação pedagógica a alunos com dificuldades específicas devidamente identificadas pelos docentes. - Consolidar o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) como estrutura promotora da otimização dos recursos existentes - Elaborar, em conformidade com a legislação em vigor, o relatório técnico-pedagógico para todos os alunos identificados. - Criar turmas de homogeneidade relativa em disciplinas/anos de maior insucesso, de acordo com projetos nacionais e metodologias experimentadas e cientificamente validadas (por exemplo, Projeto Fénix). - Preparar os alunos para a realização das provas de equivalência à frequência/provas finais.	Número de respostas adequadas em resultado da avaliação efetuada e das propostas feitas. Número de docentes e técnicos envolvidos nos processos. Número de alunos abrangidos pelas diferentes medidas, Taxa de sucesso da aplicação das medidas. Número de alunos apoiados em CAA. Número de parcerias implementadas para promoção de competências dos alunos.
Implementar os Planos de Melhoria.	- Desenvolver e implementar as ações propostas no Plano de Melhoria das várias disciplinas.	Nível de concretização dos Planos de Melhoria.

Metas
Manter as atividades de promoção do livro e da leitura. Aumentar o número de utilizadores em plataformas Digitais Garantir, dentro dos recursos existentes no agrupamento, o apoio a todos os alunos em função das suas necessidades. Atingir os objetivos propostos no plano de melhoria. Aumentar, em cada ano, a taxa de sucesso dos alunos com medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão.

Área de Intervenção	**B. Serviço Educativo**
Dimensão	**B.3. Regulação das aprendizagens**
Objetivo estratégico de intervenção	**B.3.1. Planificar, implementar e monitorizar práticas pedagógico didáticas-articuladas, com vista à melhoria dos resultados.**

Objetivos Operacionais	Ações a desenvolver	Indicadores de Avaliação
Avaliar resultados escolares com vista à melhoria das práticas e da avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Consolidar a	- Aplicar sistematicamente a dimensão formativa da avaliação, com vista à identificação e à superação das dificuldades de aprendizagem. - De acordo com os resultados obtidos nas avaliações formativas, dar resposta às necessidades identificadas acionando os meios adequados. - Comparar, sistematizadamente, os resultados externos anuais do agrupamento com os obtidos a nível nacional. - Avaliar a eficácia da implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, nos momentos de avaliação sumativa interna.	Análise dos resultados da avaliação sumativa interna. Número de medidas implementadas com eficácia.

implementação e operacionalização do referencial “avaliação para e das aprendizagens”, construído em coerência com orientações legais e curriculares.	- Avaliar a eficácia da implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, nos momentos de avaliação sumativa interna. - Avaliar as medidas implementadas nas diferentes modalidades de apoio aos alunos. - Realizar reuniões com delegados de turma para detetar fatores que condicionam a aprendizagem dos alunos. - Criar dinâmicas reflexivas entre professores acerca dos resultados dos alunos e das possíveis causas de insucesso escolar. - Desenvolver o processo de ensino e de aprendizagem, integrando a avaliação formativa ancorada: . no uso de múltiplas técnicas, instrumentos e atividades de avaliação; . no dar feedback de qualidade aos alunos, de forma contínua e sistemática; - Envolver os alunos na regulação contínua da aprendizagem, promovendo práticas de autoavaliação.	Número de assembleias de delegados de turma realizadas. Congruência entre as linhas orientadoras do referencial da avaliação e as práticas
Envolver os encarregados de educação e as famílias na regulação das aprendizagens.	- Transmitir regularmente informação aos pais e aos encarregados de educação, relativamente ao percurso escolar dos seus educandos. - Responsabilizar os alunos quanto à importância da componente de trabalho individual e atitudes de sala de aula. - Responsabilizar os encarregados de educação quanto ao acompanhamento dos seus educandos. - Promover um maior envolvimento das famílias no processo educativo dos	Número de reuniões com os encarregados de educação. Nível de participação dos pais e encarregados de educação nas reuniões convocadas. Número de atividades e dinâmicas realizadas pela Comunidade Educativa envolvendo os encarregados de

	seus educandos, realizando ações de sensibilização para Pais e Enc. de Educação. - Aproximar digitalmente a escola e os encarregados de educação.	educação/Associações de Pais e Encarregados de Educação.

Metas
Aplicar processos e instrumentos diversificados de recolha de informação nas diferentes modalidades de avaliação (formativa e sumativa). Identificar causas do (in)sucesso escolar em contexto. Monitorizar a eficácia das medidas aplicadas. Efetuar pelo menos duas reuniões com os delegados de turma por ano letivo. Envolver os pais e encarregados de educação no processo educativo. Envolver os docentes e os alunos num percurso progressivo.

Área de Intervenção	**C. Resultados**
Dimensão	**C.1. Resultados Escolares**
Objetivo estratégico de intervenção	**C.1.1. Melhorar a qualidade das aprendizagens, com vista à melhoria dos resultados.** **C.2.1. Combater o insucesso escolar.**

Objetivos Operacionais	**Ações a desenvolver**	**Indicadores de Avaliação**
Consolidar resultados escolares dos alunos em níveis positivos. Melhorar a qualidade do sucesso. Melhorar percursos diretos de sucesso.	- Implementar estratégias de melhoria dos resultados escolares (na sequência da identificação das causas determinantes de insucesso escolar) que permitam: . Aumentar o índice global de transição. . Aumentar a qualidade do sucesso. . Aumentar o índice de percursos diretos de sucesso. . Melhorar os resultados obtidos na avaliação externa (provas de aferição e provas finais).	**Evolução da Avaliação Interna** .Evolução da Taxa de Transição .Evolução da Taxa de Transição nos diferentes ciclos e anos de estudos **Evolução dos Resultados Internos Contextualizados**

Aproximar os resultados da avaliação interna com os da avaliação externa. -Aproximar as médias do Agrupamento com as médias nacionais. -Reconhecer o empenho e a excelência.	. Aumentar, a cada ano, a percentagem de alunos que integram o quadro de excelência. - Responsabilizar os alunos e encarregados de educação pela frequência das modalidades de apoio proporcionadas pelo Agrupamento. - Valorizar socialmente a excelência.	.Evolução da Taxa de Sucesso no Agrupamento (UO) e a nível Nacional (MN) **Evolução da Qualidade do Sucesso nos Diferentes Ciclos de Estudos** .Taxa de transição com Sucesso Pleno, no 1º 2º e 3º CEB. .Taxa de transição/conclusão com média superior com níveis B/4 e MB/5 em todas as disciplinas (média geral => 4,5). **Evolução da Percentagem de alunos com percurso direto de sucesso.** **Evolução dos Resultados Externos Contextualizados** . Provas finais de matemática e de português (UO) e a nível Nacional (MN) **Percentagem de alunos no quadro de excelência.**

Metas
Aumentar, a cada ano, a taxa global de sucesso (de transição/ conclusão de ciclo). Melhorar, a cada ano, a taxa de qualidade do sucesso. Reduzir o desfasamento entre os resultados da avaliação interna e externa. Aproximar os resultados do Agrupamento e os resultados nacionais tendo em conta o contexto.

Área de Intervenção	**C. Resultados**
Dimensão	**C.2. Resultados Sociais**
Objetivo estratégico de intervenção	**C.2.1. Formar cidadãos cientificamente bem preparados, críticos, éticos, e conscientes das suas responsabilidades sociais.**

Objetivos Operacionais	Ações a desenvolver	Indicadores de Avaliação
Adequar os comportamentos sociais em contexto escolar.	- Analisar com os alunos, o Estatuto do Aluno e documentos orientadores do Agrupamento, em sessões de trabalho com os professores titulares/diretores de turma e/ou técnicos do Agrupamento tendo em vista a autorregulação dos comportamentos. - Informar os pais e encarregados de educação sobre o Estatuto do Aluno e os documentos orientadores do agrupamento. - Delinear estratégias comuns, em conselho de turma/docentes para regulação de comportamentos. - Implementar o Gabinete de Informação e Apoio ao Aluno.	Número de ocorrências de indisciplina participadas, e aplicação de medidas corretivas e sancionatórias. Número de ações/ sessões de sensibilização realizadas.

	- Alertar/responsabilizar os encarregados de educação para a importância do cumprimento dos seus deveres, enquanto educadores, no que diz respeito a comportamentos desviantes. - Desenvolver ações valorizadoras do Património material e imaterial que alicercem a identidade local e regional. - Desenvolver ações de formação/sensibilização na área da cidadania e socialização para alunos e encarregados de educação. - Valorizar o bom comportamento dos alunos. - Manter e valorizar o quadro de valor. - Acompanhar os discentes que manifestem problemas no domínio sócio comportamental. - Promover comportamentos seguros associados a tecnologias digitais.	
Consolidar a formação integral dos alunos através da criação de oportunidades de participação em projetos.	- Promover projetos e atividades que visem o desenvolvimento de um pensamento empreendedor dos alunos. - Continuar (e consolidar) projetos existentes bem como abertura a novos projetos. - Reforçar o registo da participação dos alunos em atividades. - Promover atividades desportivas e valorizar as áreas que possam trazer vantagem competitiva ao Agrupamento.	Número de clubes e oficinas. Número de projetos escolares, locais, nacionais e internacionais. Número de alunos inscritos /taxa de preenchimento das vagas dos clubes; Grau de satisfação dos alunos envolvidos. Número de atividades/

	- Promover atividades que visem o bem-estar físico, mental e social dos alunos através do desenvolvimento de iniciativas no âmbito do FITatitude, do DEVS (desenvolvimento de estilos de vida saudáveis). - Atribuir, quando possível, tempos, nos horários dos professores, para desenvolvimento, com os alunos, de projetos e clubes em funcionamento- e de outros que venham a responder a necessidades e a interesses identificados. - Promover atividades culturais e artísticas corrigindo as desigualdades (sociais, económicas e/ou territoriais) no acesso à fruição artística e à produção cultural. - Elaborar e/ou participar em projetos que visem o envolvimento do Agrupamento em causas sociais e ambientais.	alunos/turmas envolvidos nos vários projetos. Número de atividades de solidariedade Promovidas. Número de ações realizadas no âmbito da educação ambiental. Número de prémios, galardões (bandeiras azuis, menções) recebidos.
Diagnosticar/ prevenir causas relativas a situações de risco. Sinalizar situações de risco para as instâncias de primeira e segunda linha de intervenção e conceber projetos de prevenção primária.	- Implementar ações de sensibilização/informação e prevenção quanto ao risco/perigo das crianças. - Identificar precocemente dificuldades de inclusão escolar e dificuldades de aprendizagem. - Sinalizar e encaminhar alunos para as diferentes modalidades de apoio técnico, com vista à superação de dificuldades de integração e de outras que prejudicam a motivação do aluno para a aprendizagem. - Articular com a instâncias de primeira e segunda linha para o encaminhamento de alunos em risco. - Articular com o NASCE, de forma a propor respostas alternativas aos alunos que se encontram em absentismo ou abandono escolar.	Número de alunos sinalizados que obtiveram sucesso. Número de alunos em abandono escolar. Taxas de exclusão por excesso de Faltas.
Reconhecer o empenho e o mérito.	- Valorizar socialmente as atitudes e os valores.	Percentagem de alunos no quadro de valor.

Metas
Diminuir o número de ocorrências disciplinares. Manter a taxa de abandono escolar em valores residuais ou nulos. Envolver a comunidade educativa na melhoria das condições de segurança das crianças e jovens. Envolver a comunidade educativa em, pelo menos, 2 projetos nacionais anuais. Aumentar a frequência dos alunos nas atividades extracurriculares. Aumentar, a cada ano, a percentagem de alunos que integram o quadro de valor.

Área de Intervenção	**D. Autoavaliação**
Dimensão	**D.1. Autoavaliação e Regulação**
Objetivo estratégico de intervenção	**D.1.1. Promover um processo sistemático de autoavaliação e aumentar a eficácia dos processos de regulação.**

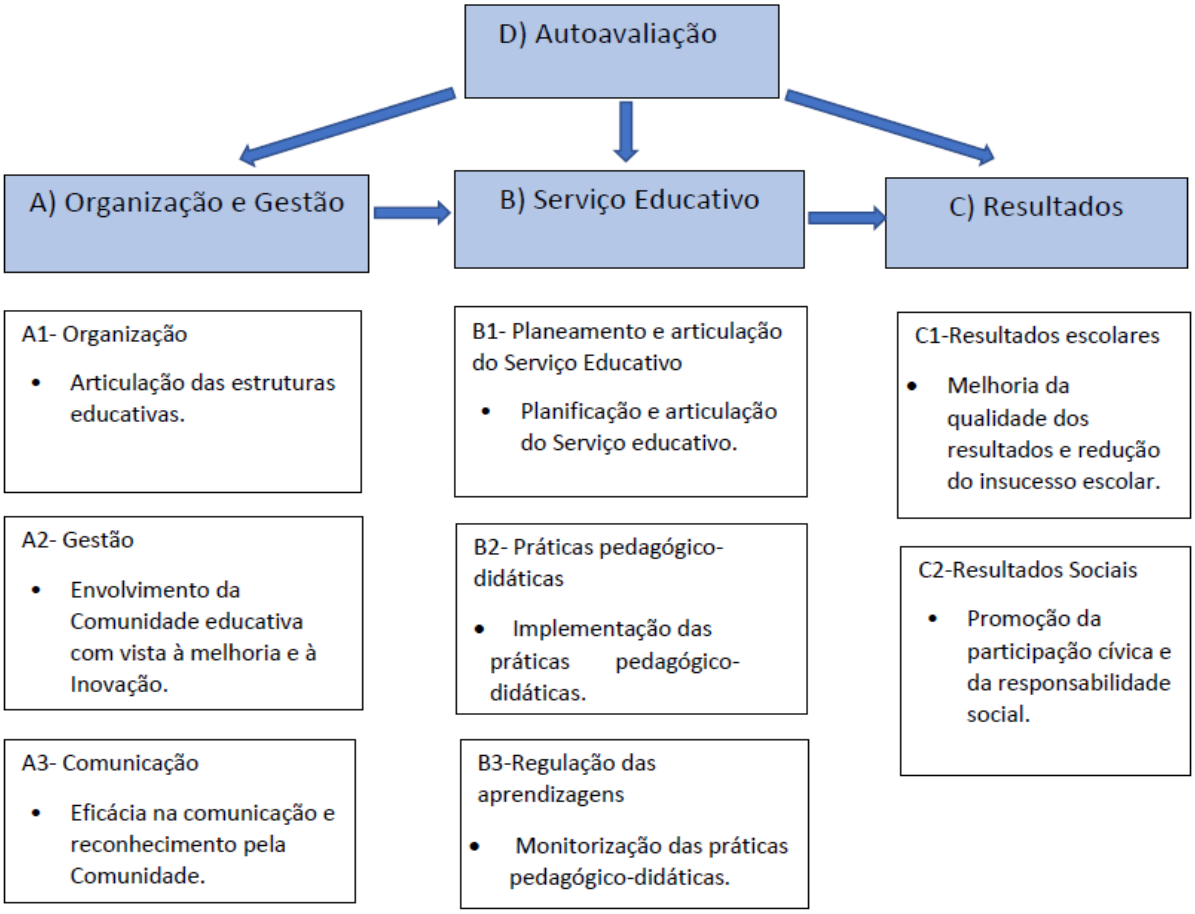
Objetivos Operacionais	Ações a desenvolver	Indicadores de Avaliação
Dar continuidade/ melhorar o processo de autoavaliação no Agrupamento, tendo em vista a concretização de planos estratégicos de melhoria. Aumentar a eficácia dos	- Dar cumprimento ao instituído no DL. 55/2018, definindo instrumentos regulares de auscultação e participação dos alunos, pais, encarregados de educação e restante comunidade educativa. - Melhorar os mecanismos da avaliação de processo educativo. - Refletir sobre os resultados escolares, os processos e as ações concretizadas. - Identificar, com rigor, os fatores internos explicativos do sucesso e do insucesso dos alunos, enquanto etapa primeira na conceção de um plano de ações de melhoria que potencie a eficácia da ação educativa e a melhoria das aprendizagens escolares.	Ações desenvolvidas pela equipa de auto-avaliação. Instrumentos de Recolha de informação utilizados. Eficácia dos instrumentos de Avaliação.

processos de autorregulação nos domínios da Organização Gestão Escolares, Prestação de Serviço Educativo e Resultados.	- Utilizar os resultados da autoavaliação nos diferentes domínios, para ajustar a organização escolar e as práticas profissionais. - Agregar relatórios de avaliação parciais num documento consolidado. - Divulgar a informação à comunidade.	Envolvimento das diferentes estruturas no processo de avaliação e autorregulação.

Meta
Implementar e autorregular um modelo de autoavaliação, criando instrumentos de recolha de informação. Desenvolver a avaliação interna e externa como instrumento de diagnóstico, de reflexão crítica partilhada, regulador e promotor da qualidade.

4. Monitorização do Projeto Educativo

O Projeto Educativo, sendo um documento dinâmico, só pode ser aperfeiçoado se a monitorização de processos e a avaliação de resultados forem executados de forma sistemática. Por conseguinte, deverá ser objeto de uma avaliação a realizar pela Equipa de Avaliação Interna do Agrupamento, numa vertente qualitativa e quantitativa, abrangendo as respetivas Áreas de Intervenção. Esta avaliação constitui um processo de aferição de resultados obtidos, de metas alcançadas e de objetivos concretizados.



A avaliação basear-se-á em resultados obtidos através dos seguintes instrumentos de análise:

- Relatórios do Plano Anual de Atividades.
- Relatório do PADDE.

- Balanços dos resultados escolares.
- Relatórios dos coordenadores de departamento, área disciplinar.
- Relatórios dos coordenadores dos DT.
- Inquéritos de satisfação.
- Programa INOVAR.
- MISI.
- INFOESCOLAS.
- Relatórios da EMAEI.
- Relatórios das diferentes modalidades de apoio.
- Relatórios Eco Escola.
- Referencial de avaliação.
- Relatórios dos Clubes e Projetos.
- Monitorização do NASCE.
- Relatórios de monitorização/ finais de outras estruturas.

5. Considerações Finais

O Projeto Educativo que agora se renova, com a participação de toda a comunidade, alicerça-se na escola que temos no presente e assume-se como um planeamento do futuro que pretendemos. Promovem-se valores como inclusão, solidariedade, equidade, cooperação, liberdade, ética, responsabilidade ambiental e respeito pelo outro, promovem-se as novas tecnologias, e, sobretudo, ambiciona-se o sucesso educativo de todos os alunos.

A dinâmica do PE permite aumentar a visibilidade da escola e da sua identidade; globalizar a ação educativa abrangendo todos os domínios da vida da escola; racionalizar a gestão dos recursos segundo prioridades e padrões de otimização; mobilizar esforços, articulando estruturas e ações em torno de metas consensuais; desenvolver dinâmicas grupais e uma cultura de partilha integrando projetos individuais nos projetos coletivos.

Assume-se que este PE não é um documento fechado, sendo suscetível de sofrer alterações e aperfeiçoamentos propostos por todos os agentes educativos nele envolvidos, pelo facto de se tratar de um instrumento orientador de uma ação organizacional dinâmica em que todos contribuem.

6. Divulgação do Projeto Educativo do Agrupamento

A divulgação do Projeto Educativo do Agrupamento, bem como dos dados recolhidos através da monitorização e da avaliação será efetuada a partir da Página web do Agrupamento:

https://aejuliodinis-grijo.pt/

7. Referências Legislativas

- Lei de Bases do Sistema Educativo (aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, e alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de setembro, e 49/2005, de 30 de agosto).
- Currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens (Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho).
- Regime jurídico da educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho).
- Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro).
- Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho).
- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC).
- Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE)
- Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho).
- Regime da escolaridade obrigatória para crianças e jovens em idade escolar. Universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade (Lei nº 85/2009, de 27 de agosto).
- O Plano de Ação para a Transição Digital, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 30/2020 de 21 de abril, reflete a estratégia definida para a transição digital, concretizada na Estrutura de Missão Portugal Digital.

OUTROS DOCUMENTOS

- Documentos consultados: Projeto Educativo; Regulamento Interno; Relatórios de Avaliação Interna e Externa; Programa de Acompanhamento da Ação Educativa.

Reunião do Conselho Pedagógico de 25 de maio de 2023

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 31 de maio de 2023